

Poder Judiciário

Penduricalho extinto em 2006 pagou salários de R\$ 1 mi a juízes em RO

Tribunal afirmou que subsídios milionários de 46 magistrados pagos em fevereiro foram 'devidamente autorizados' pelo CNJ

**Pepita Ortega
Fausto Macedo**

As “vantagens eventuais” que turbinaram os holerites de magistrados do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO), em fevereiro, alcançando os contracheques de dez juízes e desembargadores a mais de R\$ 1 milhão líquidos para cada, são compostas por “Adicional por Tempo de Serviço, indenização de férias e outros direitos que estavam acumulados”.

A informação é da Corte estadual, que frisou que os pagamentos foram “devidamente autorizados pelo Conselho Nacional de Justiça e também pelo Tribunal Pleno Administra-

tivo de Rondônia”.

A indicação faz referência à decisão do ministro Luis Felipe Salomão, corregedor nacional da Justiça, que, em 2023, deu aval ao pagamento de um penduricalho que estava extinto desde 2006. Assim, o holerite milionário dos magistrados do Tribunal de Justiça de Rondônia é exemplo direto do impacto da decisão sobre o benefício também conhecido como quinquênio, que prevê o aumento automático e acumulativo de 5% nos vencimentos a cada cinco anos.

Ao descrever a composição das “vantagens eventuais” que turbinaram os salários dos magistrados do TJ de Rondônia, a Corte indicou como, em dezembro de 2022, junto de outros tribunais, deu aval ao pagamento retroativo do Adicional de Tempo de Serviço a magistrados da ativa, aposentados e pensionistas, com base em ação ajuizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros,

“A previsão orçamentária para isso existe desde 2023, o que possibilitou o pagamento em fevereiro de 2024. Todas os pagamentos estão devidamente identificados”
TJ-RO.

em 2007. Lembrou também da decisão do Conselho da Justiça Federal sobre o mesmo tema e frisou que o CNJ “reconheceu o direito dos magistrados em receber o ATS como vantagem pessoal”.

No CNJ, Salomão entendeu ainda que a decisão do TJ-RO “encontrava respaldo em julgados do Supremo Tribunal Federal” e que as ações coletivas, portanto, tinham efeito vinculativo, não podendo o CNJ se opor. Em razão disso, o corregedor nacional estabeleceu a legalidade do pagamento.

“A previsão orçamentária para isso existe desde 2023, o que possibilitou o pagamento em fevereiro de 2024. Todas os pagamentos estão devidamente identificados com sua base legal na página da transparência do TJ-RO. Portanto, os pagamentos legais realizados em fevereiro não invalidam a responsabilidade fiscal e o compromisso, tanto de juízes quanto de servidores, de contribuir para o adequado atendimento ao jurisdicionado”, frisou o Tribunal em nota.

MILIONÁRIOS. Como revelou o Estadão, em meio à polêmica da PEC do Quinquênio dos juízes e procuradores – proposta que avança no Senado com previsão de provocar um rombo superior a R\$ 40 bilhões –, o TJ-RO fez pagamentos milionários a seus magistrados no último mês de fevereiro. Um grupo de 46 magistrados recebeu, cada um, mais de R\$ 1 milhão – de um deles, o con-

tracheque bateu em R\$ 1,6 milhão brutos. Dez receberam R\$ 1 milhão líquidos.

Os três juízes que receberam os maiores subsídios são: Glauco Antônio Alves (R\$ 1,19 milhão líquido), diretor do foro de 2.ª entrância lotado no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste, município com 35 mil habitantes a 340 km da capital Porto Velho; Francisco Borges Ferreira Neto (R\$ 1,1 milhão líquido), desembargador da 2.ª Câmara Criminal; e Glodner Luiz Pauletto (1,09 milhão líquido), da 1.ª Câmara Especial.

A série de desembolsos de grande monta, que incluíram “vantagens eventuais”, alçou os juízes de Rondônia a patamar dos mais bem pagos do País entre os tribunais estaduais. Os dados constam da folha de subsídios do Tribunal de Justiça de Rondônia.

LEGISLATIVO. Ainda segundo a nota enviada pelo tribunal ao Estadão, o tribunal alegou que o Tribunal de Justiça de Rondônia é um “tribunal comprometido com os seus deveres, tanto que foi reconhecido pelo CNJ com cinco selos Diamante e por várias boas práticas, que inspiram outros tribunais”. •

Retorno de quinquênios provocou reação que chegou ao Legislativo

O retorno dos quinquênios, com o aval do ministro Luis Felipe Salomão, gerou uma reação em cadeia que não se restringiu ao Poder Judiciário, chegando hoje ao Legislativo. A decisão do corregedor nacional de Justiça versou sobre os pagamentos a juízes federais, mas levou outros braços da Justiça a reivindicarem o mesmo benefício dos colegas.

O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO), por exemplo, destacou como o entendimento do corregedor é o de que o pagamento dos quinquênios, retroativamente, “encontrava respaldo em julgados do Supremo Tribunal Federal (STF) e que as ações coletivas, portanto, tinham efeito vinculativo”.

O bônus entrou na mira do Tribunal de Contas da União (TCU), que estimou que o impacto da medida, somente considerando pagamentos a juízes federais – não estaduais como no caso de Rondônia – implicaria em um rombo de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos. A Corte de Contas chegou a vetar o desembolso, gerando reação de Salomão em defesa de sua decisão “administrativa”.

O caso inclusive chegou ao Supremo Tribunal Federal e, em dezembro do ano passado, o ministro Dias Toffoli derrubou a suspensão dos pagamentos determinada pelo TCU. Ainda caberá a Corte máxima dar a palavra final sobre o caso, mas a discussão sobre o tema foi suspensa por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, em fevereiro deste ano. O decano tem até o próximo dia 23 para devolver o processo à pauta do STF.

PROPOSTA. Enquanto a decisão administrativa de Salomão é debatida no Judiciário, o tema também chegou ao Legislativo, que pode determinar a efetiva volta do penduricalho. A chamada PEC do Quinquênio pode gerar um impacto anual de R\$ 40 bilhões nas contas públicas, estima o governo federal. O texto foi elaborado pelo presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que diz que o quinquênio valoriza as carreiras do Judiciário e do Ministério Público. • **P.O. e F.M.**

APRESENTANDO

**Sem abaixar.
Sem encostar.
Sem pegadinha.**

**SKECHERS
HANDS FREE
Slip-ins**

CHEGA DE ABAIXAR
NUNCA MAIS TOQUE NOS SEUS CALÇADOS
LAVÁVEL NA MÁQUINA

É SÓ CALÇARE E SAIR

Apresentamos o novo Skechers Hands Free Slip-Ins®. Calçar os seus sapatos nunca foi tão fácil. Sem abaixar. Sem puxar. Sem dificuldades.

O design único Heel Pillow® mantém seus pés seguramente no lugar!

CONVIDAMOS PARA NOSSOS FILIAIS E CRIANÇAS!
THE COMFORT TECHNOLOGY COMPANY™

PREÇO SUGERIDO: R\$ 199,90
PREÇO POR UNIDADE: R\$ 199,90
CNPJ: 08.947.888/0001-00
CNPJ: 08.947.888/0001-00

pressreader